



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

rbe@anped.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Educação
Brasil

ZAGO, NADIR

Migração rural-urbana, juventude e ensino superior

Revista Brasileira de Educação, vol. 21, núm. 64, enero-marzo, 2016, pp. 61-78

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27543071004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Migração rural-urbana, juventude e ensino superior

NADIR ZAGO

Universidade Comunitária da Região de Chapecó,
Chapecó, SC, Brasil

RESUMO

No Brasil, a proporção entre a população rural e a urbana foi alterada de modo significativo nas últimas décadas (menos de 20% residem no meio rural), e os movimentos migratórios em direção à cidade são formados por um público mais jovem e mais feminino que no passado. Essa migração seletiva vem assumindo proporções importantes nas regiões de predomínio da agricultura familiar, como o sul do país. O presente artigo trata das relações entre transformações sociais no campo, demandas por escolarização em nível superior e destinos socioprofissionais dos filhos e das filhas de pequenos produtores rurais. Os resultados que nortearam a análise estão apoiados em estudos sociológicos que abordam os temas antes relacionados e em entrevistas com universitários de diferentes cursos, procedentes de áreas rurais do oeste do estado de Santa Catarina (período 2011-2012).

PALAVRAS-CHAVE

ensino superior; migração rural-urbana; juventude e educação.

RURAL-URBAN MIGRATION, YOUTH, AND HIGHER EDUCATION

ABSTRACT

In Brazil, the proportion between rural and urban population has been significantly altered in the last decades (nowadays, less than 20% of Brazilians live in rural areas); the migration movement towards the city is composed of a younger group than in the past, and mainly by women. This selective migration has assumed important proportions in regions of primarily family farms in the south of the country. This article deals with the relations among social transformations in rural areas, demand for higher education, and socio-professional destinations of children from small farms. The results that guided the analysis were supported by sociological studies that approach the above themes, and interviews with undergraduate students from rural areas of eastern Santa Catarina (from 2011-2012), enrolled on different higher education courses.

KEYWORDS

higher education; rural-urban migration; youth and education.

MIGRACIÓN RURAL-URBANA, JUVENTUD Y ENSEÑANZA SUPERIOR

RESUMEN

En Brasil, la proporción entre la población rural y la urbana fue alterada de modo significativo en las últimas décadas (menos del 20% vive en el medio rural) y los movimientos migratorios en dirección a la ciudad son formados por un público más joven y más femenino que en el pasado. Esta migración selectiva viene asumiendo proporciones importantes en las regiones donde predomina la agricultura familiar, como el sur del país. El presente artículo trata de las relaciones entre las transformaciones sociales, las demandas por instrucción superior y los destinos socio-profesionales de los hijos y las hijas de pequeños productores rurales. Los resultados que guiaron este análisis se apoyan en estudios sociológicos que abordan los temas anteriormente mencionados, y en entrevistas con universitarios de diferentes cursos, procedentes de áreas rurales del oeste de Santa Catarina (período 2011-2012).

PALABRAS CLAVE

enseñanza superior; migración rural-urbana; juventud y educación.

INTRODUÇÃO

No final dos anos 1970, quando realizava uma pesquisa de campo, um agricultor entrevistado fez a seguinte observação: “Anota aí: aqui no interior tem muita potência adormecida, falta despertar. Precisa ter mais estudo aqui”. Naquela época, na região pesquisada, a maioria das escolas funcionava em classes multisseriadas, e a oferta escolar era da 1ª à 4ª série do antigo primário. A pesquisa demonstrou que, até esse nível, o índice de assiduidade escolar era alto (entre 90% e 100%); porém, os pais e professores informaram que, após o término das primeiras séries, a maior parte das crianças deixava de estudar, sobretudo pela oferta escolar limitada no entorno. A inexistência de transporte coletivo para uma escola com maior infraestrutura era outro obstáculo à continuidade dos estudos.

Com essa breve síntese de uma realidade, não é difícil entender o sentido das palavras daquele agricultor entrevistado, inconformado com o descaso do poder público quanto a um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à educação. Não se tratava, no entanto, de uma realidade unicamente local. Szmracsányi e Queda (1979, p. 226), em publicação nos anos de 1970, observavam que mais de 45% da população brasileira vivia no campo e sofria grande defasagem quando comparada com a população urbana: entre os jovens de 14 anos ou mais, a proporção de não alfabetizados era de 42% nas zonas rurais, contra 16% nas áreas urbanas, e, no que se referia à faixa de idade que ia dos 6 aos 13 anos, a proporção era de 55% contra 27%, respectivamente.

Algumas décadas mais tarde,¹ a relação entre a população rural e a urbana foi alterada de modo significativo (hoje, menos de 20% da população brasileira reside no meio rural), conforme tendência também de outros países. Apesar das variações existentes, verifica-se um fenômeno global representado pelo crescimento da população urbana em relação à rural: enquanto 53% viviam nas cidades em 2010, as estimativas para 2050 são de 75% (Gauthier; Luginbühl, 2012, p. 36). No Brasil, “a proporção de pessoas residindo na zona rural declinou de 32%, em 1980, para 17% em 2004, ou seja, uma redução de quase 50% no último quarto de século” (INEP, 2007, p. 11).

O meio rural brasileiro sofreu profundas mudanças, em grande parte decorrentes das políticas de modernização capitalista da agricultura que privilegiaram os grandes e médios produtores rurais em detrimento da pequena propriedade. Em termos demográficos, entre outras transformações, presenciamos no país a intensificação do movimento migratório do campo para a cidade, a redução da natalidade, o envelhecimento e a masculinização da população rural (Camarano; Abramovay, 1998). A família vem igualmente passando por transformações, tanto no que diz respeito aos valores entre gerações quanto à perda de autonomia do agricultor diante da dependência ao capital financeiro e à agroindústria, enfrentando ainda incertezas quanto à sucessão da propriedade e ao futuro dos filhos.

1 Camarano e Abramovay (1998) observam que a importância do êxodo rural é confirmada quando se examinam os dados dos censos demográficos desde 1950 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

No plano educacional, a escola com classes multisseriadas – embora ainda numericamente importante –² sofreu redução, e muitos estudantes, com a política de nucleação das escolas rurais e o subsídio ao transporte escolar, passaram a se deslocar das áreas rurais para as áreas urbanas a fim de continuar os estudos.

Apesar das políticas adotadas, as pesquisas continuam reafirmando a permanência de acentuadas desigualdades educacionais entre campo e cidade em todas as regiões do país, tanto em relação ao acesso à educação e à qualidade do ensino quanto no que se refere à infraestrutura dos estabelecimentos, à formação docente, ao grau de analfabetismo e às discrepâncias entre idade e série (INEP, 2007). Se já é possível falar da quase universalização do ensino fundamental, quer no campo, quer na cidade, é na faixa etária adequada ao ensino médio que se encontram as maiores distorções entre escolarizados e não escolarizados. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 “mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural (quatro anos) corresponde a quase metade da estimada para a população urbana (7,3)” (INEP, 2007, p. 14).

Com base nas estatísticas educacionais e nos resultados de pesquisas empíricas, é possível afirmar que o prolongamento da escolarização para além do ensino fundamental³ é relativamente recente entre os filhos de agricultores. Existem poucas informações sobre os jovens do meio rural que têm acesso ao ensino superior, seus projetos, sua condição de escolarização e perspectiva profissional, justamente por causa de uma tendência na pesquisa em educação de visar, sobretudo, à condição urbana, tanto em relação à infância quanto à juventude. Nesse sentido, o presente artigo⁴ tem por objetivo contribuir com a produção acadêmica em educação e no âmbito do Grupo de Trabalho de Sociologia da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

QUESTÕES NORTEADORAS E O CONTEXTO SOCIAL DA PESQUISA

Em publicação que aborda questões relacionadas à agricultura familiar,⁵ os autores observam que “não existe atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura” (Silvestro *et al.*, 2001, p. 25). Essa

2 Segundo dados do Censo Escolar de 2011, 45.716 escolas do Brasil ainda possuíam salas multisseriadas, nas quais são ministradas aulas para alunos de diferentes idades e séries. Destas, 42.711 ficam na zona rural, e 3.005, na zona urbana. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/01/15>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

3 Conforme dados do IBGE, a PNAD elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), além desse nível, a distribuição da população total urbana e rural por grau de escolaridade estava assim representada em 2009: 1) ensino médio completo: 20% da população urbana, contra 8% da rural; 2) superior incompleto: 3,9% da população urbana e 0,8% da rural; 3) superior completo: 7,6% da população urbana e 1,2% da rural (DIEESE, 2011, p. 75).

4 Trabalho originalmente apresentado no Grupo de Trabalho Sociologia da Educação (GT-14) na 36ª Reunião Nacional da ANPED.

5 Não há um consenso na definição de agricultura familiar. Para este trabalho, retomo Abramovay (*apud* Stropasolas, 2006, p. 115), que “concebe a agricultura familiar como

constatação está apoiada em algumas características dessas unidades de produção, entre elas o fato de se tratar de um trabalho realizado essencialmente pelos membros da família e, ainda, a prática, que atravessa gerações, da transmissão parental da atividade profissional e do patrimônio agrícola. Os filhos iniciam desde muito cedo as atividades domésticas e agrícolas e, gradativamente, vão se apropriando do conhecimento das técnicas produtivas e da gestão do estabelecimento. Mas essa socialização precoce no universo do trabalho e das responsabilidades não garante que eles darão continuidade à atividade paterna. Conforme os mesmos autores, “se até o final dos anos 1960, a continuidade da profissão agrícola podia ainda revestir-se do caráter de uma obrigação moral, hoje esta pressão deixou de existir” (*idem*, p. 28).

Nas últimas décadas, os movimentos migratórios do campo em direção à cidade são representados por uma população mais jovem que no passado, e em maior grau feminina (Camarano; Abramovay, 1998). Essa migração seletiva vem assumindo proporções importantes nas regiões de predomínio da agricultura familiar do sul do país (Stropasolas, 2006, p. 173).

Os dados que apoiam este texto fazem parte de uma pesquisa que trata das relações entre transformações sociais no campo, escolaridade e destinos sociais dos filhos e das filhas de pequenos produtores rurais. Não tenho a pretensão de fazer uma análise das mudanças profundas verificadas na agricultura familiar, resultantes de processos sociais globais e das políticas de modernização capitalista da agricultura brasileira, cujas repercussões na concentração da terra, da renda e no agravamento das condições de trabalho e da manutenção da propriedade agrícola foram amplamente analisadas à luz da sociologia rural.

Sem ignorar os condicionantes estruturais que estão na base dessas transformações e das desigualdades econômicas e sociais no campo, o presente trabalho volta-se particularmente para uma análise das demandas educacionais dos jovens e suas perspectivas entre migração e permanência na agricultura. Parte igualmente da hipótese de que as mudanças econômicas, sociais e culturais que vêm sendo processadas no meio rural, aliadas às políticas de expansão do ensino (básico e superior) e a maiores exigências profissionais relativas à certificação escolar, produzem novas configurações e demandas em relação à escolarização dos filhos de agricultores.

Conforme outra pesquisa (Silvestro *et al.*, 2001, p. 51), a migração dos jovens que deixam a agricultura para instalar-se nas áreas urbanas não está necessariamente relacionada com a continuidade dos estudos, confirmando que é baixo o nível educacional entre os filhos dos pequenos produtores rurais, o que reduz suas chances de inserção no mercado de trabalho urbano. O mesmo estudo assinala que há fortes indícios de permanência, na agricultura familiar, de jovens pouco escolarizados; de que a migração é provocada menos por uma idealização da cidade que pela falta de perspectivas no meio rural; de que as moças detêm um nível educacional supe-

aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”.

rior ao dos rapazes⁶ e manifestam um desejo maior que estes de deixar a atividade agrícola (*idem*).

Essas são também as características encontradas nas famílias dos universitários entrevistados? Que regularidades e diferenças podem ser identificadas no grupo estudado quanto à permanência na agricultura ou à migração em direção à cidade? Os jovens que prosseguiram os estudos, além do nível básico, são casos isolados nas famílias de origem? Que razões os mobilizam para prosseguir os estudos em nível superior?

Os resultados que nortearam esses questionamentos estão apoiados em informações, quantitativas e qualitativas, oriundas: 1) da literatura consultada, que aborda temas relacionados às transformações no campo e aos problemas sociais em relação à população jovem, como trabalho e escolarização; 2) de pesquisa de campo, realizada com universitários, sobre as características sociais e econômicas da família de origem e questões referentes a ocupações profissionais, migração e ampliação do capital escolar.

Os principais instrumentos de coleta de dados, em pesquisa realizada no período entre 2011-2012, foram entrevistas e questionários⁷ aplicados a doze jovens, sendo cinco do sexo masculino e sete do sexo feminino, a grande maioria com idade entre 20 e 25 anos,⁸ inscritos em cursos de diferentes áreas de graduação do ensino superior público e privado. Todos são procedentes de áreas rurais do oeste do estado de Santa Catarina, região com forte tradição na agricultura familiar.

Outra característica do contexto é a sua influência cultural proveniente da migração de descendentes europeus, sobretudo de italianos e alemães. A produção nessas áreas é diversificada e voltada para a subsistência e o mercado: na agricultura, entre outros, milho e soja; na criação de animais, aves, suínos e gado de leite. A região oeste do estado “caracteriza-se por uma forte indústria agroalimentar, alicerçada historicamente nas unidades familiares de produção”, e em cinco décadas tornou-se “o maior polo agroindustrial de aves e suínos do país” (*idem*, p. 32).

Em contrapartida, as políticas de financiamento e o sistema de integração da unidade familiar na agroindústria acentuaram as dificuldades de manutenção da propriedade, sobretudo devido ao endividamento do produtor e à sua maior dependência das exigências do capital. Os efeitos da modernização sobre a agricultura

6 Essa última informação é igualmente válida em escala nacional. No Brasil, considerando o grau de escolaridade segundo o sexo e a residência, a diferença em favor das mulheres aumenta após o ensino fundamental, tanto no meio urbano quanto no rural (DIEESE, 2011, p. 76-79).

7 Trata-se de um questionário socioeconômico para registro de informações vinculadas à família dos universitários (composição segundo o número, a idade, o sexo, o estado civil, a escolaridade, a residência e a ocupação de seus membros) e à unidade de produção familiar (extensão da terra, produção agrícola, pessoas ocupadas, renda etc.). A entrevista pautou-se por um roteiro de questões abertas sobre o histórico escolar no ensino básico, acesso e permanência no ensino superior, família e a continuidade dos estudos dos filhos, trabalho e estudo, migração rural-urbana e perspectivas socioprofissionais dos jovens.

8 Apenas duas entrevistadas têm idade superior a essa faixa etária.

familiar têm como marco os anos de 1990, e na sua base persiste um conjunto de fatores adversos (políticas agrícolas insuficientes; baixo rendimento dos produtos; escassez de terras próprias para cultivo, entre outros) que aprofundaram a crise da agricultura familiar até os dias atuais (Cancelier, 2013, p. 125).

É nesse contexto de incertezas para as futuras gerações que falam os informantes sobre seus horizontes de trabalho e de vida. Uma análise do conjunto das entrevistas permitiu observar regularidades nas questões estudadas, enquanto o estudo de situações singulares forneceu um olhar mais detalhado das configurações de cada família, segundo os problemas investigados.

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E O ENSINO SUPERIOR NOS PROJETOS DOS JOVENS

Com o parcelamento da propriedade rural, as práticas tradicionais de transmissão da terra para manter os filhos no mesmo ramo de atividade agrícola tornaram-se cada vez mais limitadas e vêm gerando “um problema típico dos países desenvolvidos, em particular das sociedades europeias: a crescente quantidade de unidades produtivas cujo destino está comprometido pela falta de sucessor” (Silvestro *et al.*, 2001, p. 19).

Conforme resultado de um estudo de 1999, com 15.293 estabelecimentos familiares do oeste de Santa Catarina, no mínimo 12% são habitados por casais com mais de 41 anos de idade, e não há registro da presença permanente de jovens em seu interior. De acordo com essa mesma pesquisa, 69% dos rapazes e 32% das moças entrevistadas manifestaram o desejo de permanecer na agricultura, entretanto “a intenção de continuar a profissão paterna choca-se, [...] na maioria dos casos, contra a exiguidade do tamanho da unidade familiar” (*idem*, p. 21).

Os dados apresentados neste texto, obtidos em entrevistas com universitários originários da mesma região, reforçam esse fenômeno da migração dos jovens, o que certamente terá implicações nos processos sucessórios. Fornecem igualmente informações sobre as transformações demográficas e seus impactos, como o envelhecimento da população e a redução significativa do número de jovens nas localidades rurais. O seguinte depoimento, de uma estudante, encontra coro nas declarações da maior parte dos entrevistados:

Na comunidade onde eu morava [...] muitas famílias saíram de lá, famílias inteiras, a comunidade tá se tornando cada vez mais pequena. Os mais velhos, eles ficaram, mas os filhos foram saindo, e daí não tinha com quem tocar essa propriedade, eles acabam vendendo e indo morar pra cidade [...] Os meus amigos do ensino médio, 90% tem o mesmo plano, saíram pra estudar e não pretendem voltar. (Lucia, estudante de psicologia, 22 anos)

Mediante uma análise da fratria, isto é, do conjunto dos irmãos, e segundo o número, o sexo e a idade, serão apresentadas, a seguir, as diferentes configurações familiares, as quais revelam a situação escolar, os prováveis destinos socioprofissionais dos filhos e o ensino superior em seus projetos. Embora as unidades familiares não

sigam o mesmo padrão de configuração em relação a essas questões, os resultados reforçam um comportamento dominante no grupo pesquisado, que é o de busca de maior nível de instrução e as dificuldades na sucessão da propriedade agrícola, conforme tendência na região estudada.

MIGRAÇÃO DOS RAPAZES E ESCOLARIZAÇÃO PROLONGADA

Considerando as dez famílias dos entrevistados,⁹ foram constatadas as seguintes configurações: em cinco delas residiam na propriedade somente os pais,¹⁰ ou com um filho menor de idade; em uma, com a aposentadoria e migração dos pais, um dos filhos mantinha a unidade produtiva; nas demais, em número de quatro, foi registrada a presença de filhos adultos na residência, mas em duas destas tratava-se de uma situação temporária. Do total de 28 jovens dessas dez famílias, apenas três moças e dois rapazes ocupavam-se da agricultura de forma regular. Os dados apresentados confirmam uma tendência, conforme a literatura consultada, de dificuldades na sucessão da propriedade rural. A descrição que segue é um caso típico dessa característica.

A família é composta pelos pais e por três filhos, sendo dois do sexo masculino. O pai, de 62 anos, cursou até a 3ª série, e a mãe, com 53 anos, até a 8ª série do ensino fundamental. Eles são pequenos produtores rurais que já tiveram sua produção integrada à agroindústria. Em razão de empréstimos bancários para aumentar os investimentos na propriedade, o casal enfrenta dificuldades para assegurar a propriedade rural, e não se trata de um caso isolado, conforme atestam outros estudos na região.¹¹ Durante a entrevista, o pai¹² foi categórico ao afirmar a descrença na atividade agrícola e seus esforços para que os filhos não sigam o mesmo destino e busquem alternativas. Os dois filhos entrevistados reforçaram esse propósito, e um deles fez o seguinte comentário:

Uma boa parte dos agricultores é inadimplente; fizeram financiamento e não conseguiram dar a volta, que é o caso dele [pai]. Ele que sempre foi um dos fundadores do partido de esquerda, do sindicato, e sempre teve envolvido nos movimentos sociais, hoje não participa mais, ele cansou, já viu que não vale mais a pena. Tinha um manifesto das dívidas dos agricultores, mas no final o

9 Os doze estudantes que participaram da pesquisa são oriundos de dez famílias, destas duas tiveram dois filhos entrevistados e um nas demais.

10 A faixa etária dos pais situa-se entre 46 e 64 anos, e a das mães, entre 41 e 58 anos.

11 Em estudo na região oeste de Santa Catarina, foram identificadas situações similares à citada, conforme a seguinte observação: “Grande número de produtores familiares não conseguiu acompanhar o ritmo exigido pelo mercado, fazendo com que o retorno obtido, com frequência, frustrasse as expectativas. Com a redução das fontes de renda, os agricultores não conseguem saldar as dívidas, muitos abandonam as propriedades, outros vendem, perdendo assim o único meio de que dispõem para garantir a sua sobrevivência” (Cancelier, 2013, p. 126).

12 Nessa família os pais também foram entrevistados.

que conseguiram foi um crédito de emergência [...] Essas políticas ele disse que não é a solução. (Douglas, estudante de geografia, 20 anos)¹³

Desde crianças os filhos estudaram e trabalharam na agricultura, situação que se estendeu até concluírem o ensino médio, quando mudaram para a cidade, em grande parte pela falta de perspectivas profissionais. Pais e filhos têm uma compreensão bastante crítica da realidade em que se encontram tanto a família quanto o entorno social. Eles entendem a degradação social que vivenciam não como um caso particular, mas como resultado das políticas econômicas que modificam, por todas as suas determinações, as condições de trabalho e de sobrevivência da agricultura familiar. No meio rural de procedência, na estimativa de um dos filhos, “95% dos jovens já saíram”, permanecendo apenas “o casal de idosos e aquela propriedade com benfeitorias deterioradas devido à falta de perspectivas”. O mesmo jovem acrescentou:

No meu ponto de vista, um dos principais responsáveis pela deterioração das propriedades são as agroindústrias. Elas foram exigindo investimentos; investimentos, claro, pra melhorar a qualidade do produto final, mas teve muita gente que não teve condições e parou, e teve muita gente que financiou e acabou ficando endividado, é o caso do meu pai. (Raul, estudante de geografia, 24 anos)

A migração dos filhos e o investimento na formação universitária não se encontram isolados das condições sociais da reprodução camponesa, do forte apelo social pela ampliação da educação formal e das novas exigências do mercado de trabalho urbano. Os dois irmãos foram categóricos ao afirmar que ampliar os estudos, para sua geração, não é consequência de uma questão meramente individual, mas de exigências da sociedade e de um forte apelo social e familiar. Ao falar do grupo de jovens do local de origem, um dos irmãos complementou:

Quase todo mundo entrando nessa que precisa estudar [...] Você tem que ter um curso superior para você ser alguém na sociedade, pra ter um emprego melhor, para conseguir as condições de vida um pouco melhor [...] Você tem que acompanhar a evolução e não pode ficar pra trás, porque senão daqui a pouco vai ficar sendo excluído, vai ter que trabalhar como servente de pedreiro. (Douglas, estudante de geografia, 20 anos)

Os jovens que deixam o campo o fazem para trabalhar ou trabalhar e estudar. Na situação anteriormente descrita, os irmãos Raul e Douglas migraram impulsionados também pelo desejo do pai de romper com a tradição familiar de reduzida escolaridade e da condição de agricultor como um destino para os filhos.

Ele [pai] disse que ele não teve oportunidade, sempre teve que trabalhá desde criança, ele parou de estudar na 3ª série do primário, mas ele gostaria que pelo

13 Os nomes dados aos estudantes são fictícios.

menos os filhos dele conseguisse o ensino superior. A mãe também sempre incentivou, mas não tanto quanto o pai. (Douglas, estudante de geografia, 20 anos)

Diferente de uma tendência nas pesquisas sobre as relações família e escola, que dá visibilidade sobretudo à atuação das mães na escolarização dos filhos,¹⁴ é recorrente entre os universitários entrevistados o reconhecimento do papel preponderante exercido pelo pai no investimento escolar da fratria. Embora a mãe não fique ausente quando eles se referem à importância da família no estudo dos filhos, a orientação paterna ganha lugar dominante. Sem excluir a influência de outras dimensões da realidade social e cultural, é possível levantar a hipótese de que o pequeno produtor rural, vendo-se impossibilitado de transmitir a herança da terra, conforme tradição cultural nas regiões do sul do país, reforçado ainda pelo sentimento de crise da agricultura familiar, sente-se responsável por conduzir os filhos para outro ramo de atividade. No grupo de famílias aqui considerado, o temor do trabalho desqualificado e da degradação social na cidade reforça a ideia de reconversão profissional com certificação escolar para ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho urbano.

No entanto, como a maioria das unidades consideradas na pesquisa tem rendimentos reduzidos, o esforço parental é traduzido mais pelo encorajamento simbólico que propriamente pelos investimentos econômicos nesse projeto de escolarização ampliada. Os universitários que fizeram parte da pesquisa encontram dificuldades para custear as despesas básicas de sobrevivência e permanência no ensino superior.

Nessa situação relatada, os três irmãos tentam firmar-se em uma profissão urbana. Na cidade, sobrevivem com poucos recursos financeiros, fruto do trabalho assalariado, e, para se manterem no ensino superior, fazem concessões.

A irmã mais velha tem 29 anos, estudava agronomia em uma instituição privada, mas por questões financeiras interrompeu o curso e inscreveu-se em outro a distância sobre gestão em cooperativa.

Douglas tem 20 anos, concluiu o ensino médio com 17 anos, cursava geografia em instituição pública, mas interrompeu o curso devido à dificuldade em conciliar estudo e trabalho. No momento da entrevista, trabalhava como recepcionista em um hotel, porém tinha planos de mudar de emprego, e reafirmou a intenção de retomar seu curso, em período noturno.

Seu irmão Raul, de 24 anos, concluiu o ensino médio com 19 anos e até essa idade trabalhou na propriedade familiar. Passados alguns anos, prestou vestibular e inscreveu-se no curso de geografia – licenciatura –, em universidade federal recentemente implantada na região. Ao se instalar no meio urbano, exerceu a profissão de motorista, mudando posteriormente para outra mais compatível com sua formação

14 Romanelli (2013, p. 53), ao analisar a produção no campo das relações família e escola, em periódicos eletrônicos, chama a atenção igualmente para a ausência do pai nas pesquisas empíricas. Essa constatação nos remete para a necessidade de estudos sobre as práticas educativas na instância doméstica, atentando para a atuação do pai no processo de escolarização dos filhos, tanto no meio rural quanto urbano.

universitária. No momento da entrevista, sua renda era de dois salários mínimos. Para ele, e para a maioria dos entrevistados, permanecer na universidade só é possível na condição de trabalhador-estudante e com muito esforço pessoal, como observou: “é muita força de vontade, tem horas que dá vontade de desistir, daí um [irmão] ajuda o outro, um dá uma força pro outro, vamos em frente”.

A possibilidade de retornar para as origens e para o trabalho no campo não está descartada para Douglas, embora com muita incerteza: “eu pretendo, mas não sei até quando vou permanecer com essa ideia, mas eu pretendo ainda”. Já seu irmão tem uma posição mais categórica: “eu, por enquanto, não tenho intenção de voltar pra casa [...] É muito sofrido lá, é uma profissão que tem pouco retorno e muito trabalho”.

As razões que os motivam a investir nos estudos não são unilaterais e são tanto objetivas quanto simbólicas. O ensino superior, na avaliação de Raul, é uma necessidade com que o jovem se vê confrontado para competir por uma vaga no mercado de trabalho urbano e não reproduzir, na cidade, a mesma condição do trabalho pesado e pouco valorizado que conheceu no campo. Mas frequentar o ensino superior representa também motivo de reconhecimento social e identificação ou, como disse: “tem aquela questão do orgulho mesmo, que eu estou estudando, tô crescendo como pessoa, e eu me orgulho muito em falar que eu estudo na universidade federal”.

Situação semelhante, com presença permanente somente dos pais na propriedade, pode ser constatada em famílias com filhos de ambos os sexos, como já relatado, ou com fratria de único sexo. Em alguns casos, permanecem os pais e um filho ainda em idade escolar, como neste exemplo: o casal tem dois filhos, o mais velho, de 22 anos, e o outro de 10 anos, estudante da 4ª série do ensino fundamental. André, o filho mais velho, frequenta a 10ª fase do curso de agronomia em uma instituição privada. Seus pais são agricultores integrados à agroindústria na produção de suínos e gado de leite.

Em sua avaliação, o grupo de colegas da escola e, principalmente, seu pai foram os que exerceram maior influência em sua opção pelo ensino superior. A transmissão parental sobre a importância dos estudos não é uma prática recente em sua família: “o meu avô pediu pro meu pai se ele queria estudar ou trabalhar, ele decidiu ficar em casa trabalhando. Hoje ele me diz que se arrependeu”. O pai, de 50 anos, cursou até a 4ª série, e a mãe, de 45 anos, completou a 8ª série e estava inscrita no ensino médio, na condição de aluna da educação de jovens e adultos (EJA).

Enquanto seu pai optou pela sucessão na propriedade, André preferiu seguir a orientação que recebeu: “o meu pai sempre quis que eu fosse fazer faculdade [...] Ele sempre falou que um cara sem estudo não tem futuro nenhum, entende?” Como o pai, André também trabalhou na agricultura desde criança, mas ele, assim como os jovens de sua geração, contaram com outras influências proporcionadas pela expansão do ensino e pela maior flexibilização das fronteiras entre o rural e o urbano.¹⁵ Embora

15 Se essas fronteiras ainda persistem, observa Carneiro (2005, p. 251), elas tornaram-se mais tênues com a migração, expondo a juventude a novas experiências, valores e as-

o curso de André esteja diretamente relacionado com a atividade rural, ele não manifesta, como na situação anterior, o desejo de seguir a profissão paterna, pois julga que esta demanda muito esforço físico, grande dedicação, e recebe pouca valorização na sociedade. Do mesmo modo que outros entrevistados, ele almeja uma ocupação que proporcione direito a férias, maior tempo livre, como qualquer trabalhador assalariado, e autonomia conquistada com sua própria renda. Ele assim se expressou:

Você quer ser mais livre, ter férias, ter décimo terceiro [...] o homem do campo não é valorizado [...] Quando você tem produção, não consegue vender o teu produto por um preço que talvez nem cubra o teu custo de produção. Você fica no prejuízo. É muita oscilação. Teria que ter um incentivo maior. (André, estudante de agronomia, 22 anos)

As duas situações até aqui relatadas revelam que as condições socioeconômicas não são homogêneas no grupo, mas há uma tendência muito próxima quando os entrevistados avaliam o futuro da agricultura familiar e as possibilidades para os jovens nesse ramo de atividade.

Ao detalhar as condições econômicas e de infraestrutura da propriedade familiar, André deixou claro que há possibilidades de ali exercer sua profissão como agrônomo, mas essa é uma hipótese adiada e não se trata de uma decisão e de um desejo exclusivamente pessoal. Seu comentário comprova isso: “eu queria voltar pra casa, mas com o meu pai, a gente conversou, e ele me estimulou a não voltar, ele vê que tem maior facilidade aqui fora”. Nesse caso, a posição manifestada não é resultado de escassez de terra ou da falta de condições materiais para se manter na agricultura, mas de um desejo de mudança, ainda que em seu discurso seja possível perceber hesitações entre voltar para o local de procedência ou permanecer na cidade.

Como nessa última situação, há um contingente maior de jovens, filhos de agricultores, com relativa estabilidade, que deixam o campo pelo trabalho assalariado, como constatou Renk (1999, p. 43) em estudo na mesma região. A migração entre os jovens, segundo a mesma autora, “pode ser avaliada como negação do projeto camponês”, diferentemente de uma tradição histórica de movimentos migratórios cuja mobilidade era “constitutiva da reprodução camponesa”.

Nos argumentos dos jovens entrevistados sobre os temas da migração, trabalho e estudo, associam-se vários elementos, mas principalmente as difíceis condições econômicas e de trabalho que inviabilizam a permanência daqueles que gostariam de continuar na mesma atividade dos pais. Não se trata, no entanto, de uma percepção de mão única: o campo que exclui é ao mesmo tempo idealizado por ser aquele que oferece “melhor qualidade de vida, com menos poluição, alimentação

pirações típicas do jovem de classe média urbana. A modernização da agricultura produziu igualmente transformações na relação entre o local e o universo mais amplo. A agricultura familiar no oeste de Santa Catarina “encontra-se fortemente ligada à dinâmica econômica do mercado nacional e internacional, o que, por sua vez, transforma este território num espaço onde as tendências globais se manifestam em nível local” (Cancelier, 2013, p. 125).

mais saudável”, mas é também um ambiente de adversidades, do trabalho “judiado, pesado, sem férias e de baixo rendimento”. Os jovens se veem confrontados entre essas situações ambivalentes de melhor qualidade de vida no campo e a avaliação de um horizonte de poucas perspectivas futuras.

EM BUSCA DE NOVOS HORIZONTES: AS PERSPECTIVAS DAS FILHAS DE AGRICULTORES

A literatura consultada que aborda as transformações sociais no campo sinaliza um movimento migratório do rural para o urbano mais acentuado entre as moças que entre os rapazes,¹⁶ enquanto os últimos manifestam um interesse maior que elas em permanecer na agricultura. Conforme referências indicadas neste texto, essa migração seletiva dos jovens tem como consequência dois fenômenos relacionados: a permanência de uma população mais idosa no campo e o celibato masculino (Camarano; Abramovay, 1998; Silvestro *et al.*, 2001).

Nas famílias das jovens entrevistadas, e considerando o conjunto dos irmãos, um total de onze moças são estudantes do ensino superior, uma já o concluiu, quatro estão cursando o ensino médio ou já o concluíram e uma tem certificado de ensino fundamental. Desse total de dezessete jovens, apenas três permaneciam no meio rural, sendo que duas destas contraíram matrimônio com agricultores. Os dados aqui registrados, juntamente com o material das entrevistas, são bastante reveladores da recusa feminina em reproduzir a condição de trabalhadora rural.

Nesta parte do texto serão descritas duas situações que mostram o que mobiliza as jovens nessa busca por novos horizontes e pelo ensino superior. Na primeira, o casal tem quatro filhas, e todas exercem ocupações não agrícolas, ficando os pais com a gestão da propriedade; ele tem 55 anos e concluiu a 8ª série, a mãe tem 47 anos e cursou até a 4ª série do ensino fundamental. A filha mais velha tem 26 anos, concluiu o ensino médio, é casada e trabalha no comércio. A segunda tem 24 anos, é formada em educação física e atua nesse ramo de formação. A mais nova tem 20 anos, é estudante de engenharia civil e tem atividade remunerada como estagiária. Marilene, estudante entrevistada, tem 22 anos, é solteira, frequenta a 8ª fase do curso de biologia e é funcionária da mesma instituição onde estuda.

Estudo e trabalho nas tarefas agrícolas e domésticas estiveram presentes na vida dessa jovem desde sua infância (“eu comecei trabalhar na roça quando tinha 6 anos de idade”), mas, após o ensino médio, que concluiu aos 17 anos, seguiu seu projeto de formação universitária, sempre na condição de trabalhadora-estudante. A ocupação inicial foi como estagiária em uma escola, mas a renda era insuficiente para se manter e pagar os estudos, razão pela qual foi trabalhar em tempo integral em um frigorífico. Posteriormente começou a ter problemas de saúde e, como afirmou, “os meus estudos já foram caindo, eu não conseguia estudar direito, a canseira foi pegando”. A última ocupação era mais compatível com sua condição de estudante

16 Conforme dados apresentados por Camarano e Abramovay (1998), o predomínio populacional dos rapazes em relação às moças no campo já era uma realidade nos anos de 1970 no Brasil.

e área de formação, o que a fazia pensar em prosseguir os estudos após concluir a graduação.

O acesso ao ensino superior é uma condição recente na família ampliada: dos seus primos, do lado paterno, “nenhum saiu pra estudar, querem trabalhar na roça, os homens puxam pra isso. As meninas não, as meninas não querem mais carpir, ir no sol”. Ela ainda revelou seu desejo pessoal de ser financeiramente independente dos pais e viver em local menos isolado, podendo ampliar o círculo de relações sociais e as possibilidades de lazer. Segundo essa estudante de biologia, “não tem o que fazer no campo. Quem está no meio rural é de idade, jovens não ficam mais”.

Em quatro famílias, alguns filhos partiram em busca de novas possibilidades de trabalho, enquanto outros permaneceram na agricultura. Essa situação diferenciada nos destinos dos jovens retrata, como na descrição anterior, a condição feminina e sua mobilização, conforme mostra a situação que segue.

O pai tem 64 anos, e a mãe, 58. Ambos estudaram as primeiras séries do ensino fundamental. São agricultores aposentados e há quatro anos mudaram de residência para uma pequena cidade, nas proximidades. Eles têm quatro filhos. A filha mais velha, de 39 anos, completou a 8ª série, casou-se com filho de agricultor e foi residir com a família do marido. Ela inscreveu-se em curso a distância, mas interrompeu os estudos. O segundo, de 33 anos, cursou o ensino médio supletivo, contraiu matrimônio com filha de agricultor e, assim como a irmã, mudou-se para a propriedade do sogro, pois, segundo relatou sua irmã entrevistada, “ele [sogro] tinha bastante terra e na família da esposa não há filhos homens”. Relatou ainda que o irmão de 26 anos, terceiro na ordem de nascimento, cursou o ensino médio e sucedeu os pais na propriedade familiar. Seu projeto era ingressar no Exército, mas em razão de um acidente sofrido pelo pai, “meio que contra a vontade dele, teve que cuidar da propriedade, só que aí ele foi fazendo isso e ele acabou gostando”.

A filha mais jovem, que concedeu a entrevista, aqui chamada Lúcia, tem 20 anos, é solteira e cursa a 10ª fase do curso de psicologia. É o único caso, entre os entrevistados, que pode contar com a ajuda financeira da família, em condição razoável, para se manter na cidade e estudar. Assim como outras jovens que participaram da pesquisa, ela optou pelo ensino superior, e sua decisão está relacionada a um projeto profissional e a não reprodução da condição da mulher no campo, sobre a qual tem uma avaliação desfavorável: “se ela [mulher] fica na propriedade, geralmente vai ser dona de casa e cuidar dos filhos [...] ela não tem muito reconhecimento no interior, como o homem”.

Com essa percepção crítica sobre a posição desigual da mulher na gestão da propriedade, aliada às oportunidades proporcionadas pelo ensino médio (ampliar conhecimentos e relações de amizade), entre outras influências do universo rural e urbano, Lúcia foi se dando conta de “que existe um mundo além daquele onde vive, né? Que aí começa a despertar essa vontade de sair, trabalhar, ter o próprio dinheiro, né? E poder estudar [...] Eu quero ter a minha independência, eu vou batalhar pra estudar”.

A decisão pela continuidade dos estudos foi planejada, e ela contou com o apoio dos pais.

O meu pai e a minha mãe sempre me apoiaram muito, até quando eu falei que eu queria fazer ensino superior, o meu pai falou: “tu pesquise bem o que tu quer, vai na internet, olha, pesquisa, pra depois tu não se arrepender”. Ele sabe que a graduação é um gasto muito grande e de alguns anos, então tipo cinco anos antes de eu me formar no ensino médio ele já vinha guardando um dinheiro porque ele sabia que ia ter um gasto comigo, né? Eles sempre falam: “a gente não teve essa oportunidade de estudar, mas eu quero que os meus filhos tenham”. (Lúcia, estudante de psicologia, 20 anos)

O investimento financeiro nos estudos dos filhos representa uma herança, material e simbólica. Como relatou essa estudante, ao finalizar o ensino superior, os irmãos receberão parte da herança em dinheiro, enquanto ela, que recebeu recursos da família para custear os estudos, receberá um valor diferenciado. Conforme declarou: “ele [pai] vai vê o quanto que eu gastei e pode ser que eu ganhe uma parte também”. Seus depoimentos sobre as estratégias familiares na divisão da herança e das responsabilidades na propriedade revelam a permanência de práticas fundadas nas diferenças hierárquicas de gênero e autoridade, conforme demonstraram também outras pesquisas,¹⁷ embora alguns estudos já sinalizem mudanças nesses padrões culturais (Stropasolas, 2006; Silvestro *et al.*, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao relacionar dados obtidos nas entrevistas em estudo com a literatura consultada, a análise permitiu identificar, justamente pelos efeitos de fatores globais das políticas agrícolas e das transformações sociais no mundo rural, aproximações nos resultados sobre as perspectivas dos jovens no contexto da agricultura familiar. O propósito do trabalho não foi generalizar as situações identificadas no campo da pesquisa, mas mostrar uma forte tendência, que vem se desenhando no país, relacionada à condição social da juventude no meio rural. O estudo indicou questões atuais e pertinentes para o campo da sociologia da educação no Brasil, sobretudo considerando as lacunas em sua produção sobre a escolarização e sua relação com o destino dos filhos e das filhas de agricultores.

Levando em consideração o nível escolar dos universitários e de seus irmãos, foi possível verificar que não se trata de uma escolha deliberada de um dos filhos prosseguir os estudos, permanecendo os demais na agricultura, conforme prática comum no passado. Do total de irmãos dos entrevistados em idade equivalente ao ensino médio ou mais, apenas dois não prosseguiram os estudos além do ensino fundamental, e um não completou esse nível. Os demais frequentam ou já obtiveram certificado de nível médio (oito casos) ou são estudantes do ensino superior (cinco casos).

Embora a pesquisa tenha se voltado para um grupo de famílias cuja prole tem grau de escolaridade superior à média da população do meio rural (INEP, 2007),

17 Entre outros autores, Brumer, Pandolfo e Coradini (2008) e Stropasolas (2006).

a realidade encontrada sinaliza mudanças nas demandas e nas práticas de escolarização, tanto dos pais quanto dos filhos, e aumento do tempo de permanência no sistema de ensino, independentemente do sexo e da posição na fratria. A ampliação do capital escolar representa uma necessidade para responder às transformações no mundo do trabalho e aumentar as possibilidades de inserção social dos jovens em ocupações urbanas, mas representa, igualmente, a necessidade de superação histórica do reduzido nível escolar da população rural e da pecha de “colono”, com todos os pejorativos que lhe são associados.

Todos os universitários entrevistados são egressos de escolas públicas e filhos de pequenos agricultores, pouco escolarizados.¹⁸ Limitados pela oferta escolar nas áreas rurais, a grande maioria desses jovens cursou os anos finais do ensino fundamental (da 5ª à 8ª série) e o ensino médio na cidade, contando com transporte escolar subsidiado pelo poder público. Essa política de subvenção do transporte escolar à população rural não é isenta de controvérsias. Conforme a seguinte citação:

[...] a oferta do transporte escolar tem sido objeto de um debate intenso, pois, enquanto os movimentos sociais e uma série de políticas governamentais buscam fixar o trabalhador rural no campo e assegurar a posse da terra para aqueles que a desejem cultivar, o transporte escolar atua em sentido inverso, levando o filho deste trabalhador para os núcleos urbanos. (INEP, 2007, p. 37)

Os depoimentos dos jovens entrevistados que migraram para a cidade com o objetivo de ampliar seu grau de formação escolar mostram que fixar o jovem no campo é uma tarefa mais complexa e que depende de políticas não apenas educacionais. A transferência do estudante de um estabelecimento de ensino localizado no meio rural para outro no meio urbano certamente produz novas experiências sociais e culturais, podendo ampliar o campo de interesse para outros horizontes de possibilidades, como também foi relatado nas entrevistas, porém não parece ser o fator determinante da migração. Assim, para apreender a problemática do êxodo dos jovens na atualidade, é preciso considerar aspectos da realidade tanto micro quanto macrosociais e uma análise que leve em conta as transformações sociais no campo e sua relação com a sociedade mais ampla.

As percepções dos universitários sobre a migração da juventude do campo para a cidade estão apoiadas na reduzida extensão de terra para os filhos que desejam permanecer na agricultura, no baixo rendimento financeiro que dificulta a modernização da propriedade e, de forma muito enfática, na falta de incentivo à agricultura familiar e nas condições adversas do trabalho. Se essas condições estão na base de suas insatisfações e colocam em xeque a própria crença do agricultor no futuro da profissão, elas não explicam isoladamente o êxodo dos jovens. Outras dimensões sociais e culturais, como as práticas familiares da divisão do trabalho e

18 Das dez famílias de origem dos entrevistados, somente um pai e duas mães completaram o ensino fundamental, e um pai, o ensino médio. Os demais têm até quatro anos de escolaridade.

da renda entre seus membros, as relações desiguais de gênero na distribuição da herança e ainda as restritas possibilidades de lazer, não estão ausentes e ocupam até mesmo um lugar importante nas avaliações dos jovens sobre a vida no campo e o que projetam para seu futuro.

Embora a análise tenha contemplado um universo reduzido de jovens, os resultados oferecem indicadores importantes sobre as transformações sociais do campo e do sentido da educação para as novas gerações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Entrevistas. Agricultura familiar*. [S.l.: s.n.] 8 out. 2010. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 9 nov. 2015.
- BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, ago. 2008. p. 25-28.
- CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005, p. 243-261.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.
- CANCELIER, J. W. A agricultura familiar como agente produtor do espaço rural. In: CAMPOS, N. J.; BRANDT, M.; CANCELIER, J. W. (Orgs.). *O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos*. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 121-142.
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Estatísticas do meio rural 2010-2011*. 4. ed. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.
- GAUTHIER, P.-L.; LUGINBÜHL, O. L'éducation en milieu rural: perceptions et réalités. *Revue Internationale d'Éducation de Sèvres*, Sèvres: Centre International d'Études Pédagogiques (CIEP), n. 59, p. 35-42, avril 2012.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Panorama da educação do campo*. Brasília: INEP, 2007.
- RENK, A. *Migrações: de ontem e de hoje*. Chapecó: Grifos, 1999.
- ROMANELLI, G. Levantamento crítico sobre as relações entre família e escola. In: ———.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. (Orgs.). *Família & escola: novas perspectivas de análise*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 29-60.
- STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, N. C.; BALDISSERA, I. T. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: _____; _____. (Orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 216-233.

SOBRE A AUTORA

NADIR ZAGO é doutora em sciences de l'éducation pela Université Paris Descartes (França). Professora da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ).
E-mail: nadirzago@uol.com.br

Recebido em fevereiro de 2014
Aprovado em julho de 2014